



Faça parte da LISTA DE TRANSMISSÃO e receba o boletim diariamente. Salve nosso contato (85 99179-1973) e envie um Oi com seu nome e cidade.

Mais notícias em: www.sintsefceara.org.br | Para receber envie email: imprensasintsef@gmail.com | Ano VIII - Nº 3032 23/01/2025

CENTRAIS REUNEM-SE PARA DEBATER FORMAS DE IMPEDIR O FIM DA CARREIRA DOS SERVIDORES



Os ataques que miram a destruição da carreira de servidor e, conseqüentemente, miram a privatização do serviço público acabando com a função do Estado em atender a população e as formas de impedir que isso aconteça foram debatidos em reunião de representantes de sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais (CUT, Força, UGT, Conlutas, A Pública, Intersindical da Central da Classe Trabalhadora, CTB, NCST, Intersindical e CESP), nesta terça-feira (21), no Grupo de Trabalho (GT) do Fórum das Centrais Sindicais.

A reunião em formato híbrido contou com mais de 90 pessoas. A coordenação da reunião sobre a atual situação do funcionalismo público coube à diretora-técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Adriana Marcolino.

Os técnicos da entidade apresentaram um panorama do serviço público nacional demonstrando que os setores que mais empregam servidores, que são a saúde e a educação, vêm diminuindo ano a ano o número de profissionais concursados. Um exemplo é a saúde no estado de São Paulo que de 2013 a 2023 saiu de mais de 56 mil servidores para pouco menos de 33 mil. Outro dado importante foi o de que o número de servidores públicos no Brasil está abaixo dos contratados em países europeus e alguns sul americanos.

Outra pauta da categoria é a regulamentação da norma 158 da Organização Mundial do Trabalho (OIT) que assegura a liberdade sindical aos servidores públicos. Segundo dirigentes

presentes à reunião do GT do Fórum das Centrais, enquanto não houver essa permissão, prefeitos e governadores cada vez mais terão liberdade de impedir que seus servidores possam lutar em seus sindicatos, inclusive obrigando que os salários sejam pagos pela entidade, numa prática antissindical.

SITUAÇÃO DOS SERVIDORES DEMITIDOS POR COLLOR, ANISTIADOS PELA LEI 8878/94, É DEBATIDA REUNIÃO NA AGU

Na última terça-feira, 21 de janeiro, representantes da Comissão Nacional de Anistiados da Condsef/Fenadsef participaram de uma reunião com a Advocacia-Geral da União (AGU), em Brasília, para discutir demandas relacionadas aos servidores anistiados com base na Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994. Lei que concedeu anistia a servidores e empregados públicos demitidos no período de 15 de março de 1990 a 31 de dezembro de 1992, por atos considerados de motivação política.

Acompanhada do secretário-geral da Confederação, Sérgio Ronaldo da Silva, a comissão apresentou ao advogado-geral substituto, Flávio Roman, e a representantes da Conjur do Ministério da Gestão e da Inovação (MGI) outros temas sensíveis à categoria.

Os anistiados pedem o mesmo tratamento e direito de receber gratificações que servidores estatutários recebem. Além disso, outra demanda é a criação e o pagamento retroativo da data base dos anistiados que estão como celetistas. Entre as reivindicações também está a avaliação de um decreto que, atualmente, impede que anistiados que estão fora da tabela possam fazer opção de migrar para a tabela salarial da carreira.

A Condsef/Fenadsef cobrou também o andamento do processo que foi aberto pela corregedoria da AGU para apurar denúncias de assédio institucional sofrido por anistiados.

As demandas levadas pelos anistiados foram recebidas e devem ser avaliadas. Uma nova reunião, ainda sem data confirmada, será realizada para que a AGU dê retorno e aponte soluções que podem ser adotadas.



Para saber mais acesse as nossas mídias sociais!

Boletim editado pela Assessoria de Comunicação
 Coordenação: Petrônio Soares e Lucy Mary Matos
 Jornalistas: Letícia Alues e Junior Tavares